

ECONOMIA

CONJUNTURA

Fim do crédito farto que facilitou o crescimento da produção nos últimos anos levará o mundo a uma recessão. Para manter desenvolvimento, Brasil precisa melhorar o controle dos gastos governamentais

Uma nova política econômica

RICARDO ALLAN
DA EQUIPE DO CORREIO

Acrise internacional deve exigir mudanças na política econômica. Analistas das mais diferentes tendências estão concluindo que, diante da recessão mundial, o governo deveria fortalecer o controle do orçamento, com corte nas despesas de manutenção dos órgãos públicos. Em contrapartida, o Banco Central (BC) deveria afrouxar a rigidez da atuação monetária, com redução dos juros nos próximos meses. Tudo isso para minimizar os efeitos internos da atual turbulência e permitir um crescimento mais saudável do nível de atividade no país, mas sem jogar fora a estabilidade de preços.

Ex-secretário de Política Econômica, o economista Julio Sérgio Gomes de Almeida chama atenção para a total reversão do quadro econômico que propiciou os ganhos da economia brasileira nos últimos anos. O país se beneficiou de um cenário que contava com crescimento mundial sem precedentes nas últimas décadas, abundância de crédito externo e comércio mundial em franca expansão. Com a crise, todo esse panorama não só ruiu como foi substituído pelo seu contrário.

“Nós vamos sofrer muito. Se quiser que o país cresça num ritmo razoável, o governo precisa adotar uma política econômica muito ajustada”, afirma Almeida, atual consultor do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento

Breno Fortes/CB/D.A Press - 3/7/06



ALMEIDA, DO IEDI: “NÃO FAZ SENTIDO INSISTIR COM JUROS ALTOS”

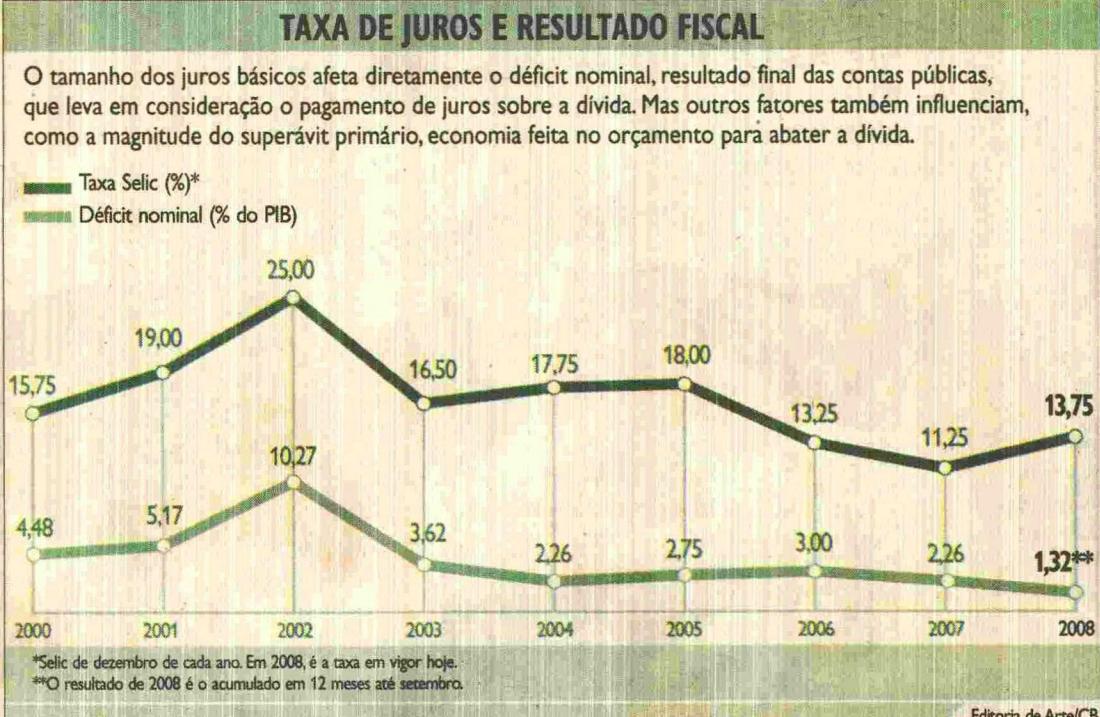
Industrial (Iedi). Para começar, o BC deveria baixar a taxa básica de juros, hoje em 13,75% ao ano. “Tudo o que o BC queria fazer aos poucos com juros altos (esfriar a demanda interna para conter a inflação), a crise vai fazer de supetão. Então, não faz sentido insistir com essa prática de juros altos.”

Para animar a economia, Almeida também reclama a manutenção dos investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com o sacrifício dos gastos de custeio. Na busca de novos mercados para os produtos nacionais, o governo deve negociar acordos comerciais

bilaterais, prática abandonada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Além disso, a equipe econômica precisaria evitar uma nova valorização excessiva do real frente ao dólar e forçar a aprovação de uma reforma que simplifique o atual sistema tributário. Esses dois últimos pontos melhorariam as condições de negócios.

Rigidez

Exponente da escola liberal, o economista Paulo Rabello de Castro, presidente da RC Consultores, também defende a mudança no “mix” da condução macroeconômica. “Estamos trabalhando com



Editoria de Arte/CB

uma política monetária apertada e uma política fiscal folgada. Agora, a fiscal tem que ser rígida e a monetária, neutra”, diz. Na sua avaliação, seria um “contra-senso” manter os juros altos num momento em que as empresas precisam de algum fôlego para crescer, ainda que num ritmo menor do que o atual. Uma política monetária neutra seria a que estipulasse juros baixos, mas sem estimular a fuga de capitais.

Na avaliação de Castro, o perigo de não fazer as alterações necessárias é ter uma “moeda frouxa”. “Este é o momento de trocar a âncora do real, saindo da monetária

e entrando na fiscal. É a chance de o Brasil ter uma moeda consolidada, como deve ter todo país com *investment grade* (melhor nota dada pelas agências de classificação de risco). É preciso conter a demanda do governo para liberar a das famílias. Ou seja, em vez de mais Keynes, precisamos de menos”, diz. A referência é ao economista inglês John Maynard Keynes (1883-1946), que receitou aumento dos gastos públicos para estimular a economia e voltou à moda com a crise.

Na última reunião, o Comitê de Política Monetária do BC manteve os juros, mas não indicou

que vai baixá-los. Ao mesmo tempo, a equipe econômica dá sinais contraditórios sobre o corte de gastos e sobre o nível do superávit primário (economia para pagar juros da dívida) de 2009. Num momento, fala em permanência no atual nível de 3,8% do Produto Interno Bruto. Noutro, fala em baixá-lo para 3,3%. Para o estrategista-chefe do Banco WestLB, Roberto Padovani, o superávit deve ser elevado. “A ênfase fiscal deve ser reforçada. Quanto mais responsável o governo for na área fiscal, maior será o fluxo de recursos para o país. Assim, se preserva o crescimento econômico”, diz.